



Jornalismo confessional carioca: a greve de 1917 e a cobertura de *O Jornal Batista* e *A União*¹

Pedro Henrique Guimarães Teixeira Alves²

Resumo: O objetivo deste artigo foi estabelecer o perfil de dois jornais confessionais cariocas, a saber *O Jornal Batista* e *A União* e caracterizar suas coberturas em relação aos movimentos grevistas que começaram na cidade de São Paulo e se espalharam por outras regiões do Brasil em 1917. Para tanto, foram utilizadas as colunas de opinião dos dois periódicos e suas seções de notícias, onde foram veiculados os pontos de vista dos jornais sobre a greve, seus integrantes e organizadores e as reverberações de tal movimento na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Jornalismo confessional; greves operárias; religião.

Abstract: This article objective's was stablish the profile of two denominational newspapers of Rio de Janeiro city, viz. *O Jornal Batista* and *A União* and to typify their coverage regarding the strike movements that started in São Paulo city and spreaded to other Brazil's regions in 1917. Therefore, were utilized the opinion column of both newspapers and their news section, where were broadcasted the newspaper's point view about the strikes, their componentes and promoters and the reverberation of that movement in brazilian society.

Keywords: Denominational journalism; worker strikes; religion.

Entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX mais de um milhão e meio de imigrantes chegou ao estado de São Paulo (HALL, 1985), além de outros milhares a outros estados do Brasil, também motivados pela política imigratória de europeus subvencionada e apoiada pelo Estado brasileiro. Boris Fausto (FAUSTO, 1976) apresenta alguns aspectos da vida social, política e econômica do Brasil que foram muito influenciados ou modificados pela imigração, como a ampliação do mercado, dos postos de trabalho e do consumo, a expansão da malha urbana, com a abertura dos bairros industriais, e melhorias dos serviços nas grandes cidades. Além disso, a chegada dos imigrantes, muitos de convicções anarquistas e socialistas, engrossou os quadros de associações, grêmios, partidos e sindicatos operários em São Paulo e no Rio de Janeiro. Houve também mobilizações expressivas no

¹ A grafia das fontes primárias deste trabalho foi adaptada a nova orientação ortográfica sem prejuízos ou modificações na construção dos textos e nem no sentido original dos excertos. O nome de "O Jornal Batista" seguiu a mesma regra, sendo adaptado para "O Jornal Batista".

² Mestrando em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

campo, como Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro (HALL, PINHEIRO, 1985) tentam demonstrar, combatendo a “apatia rural” que a historiografia do movimento operário brasileiro atribui aos movimentos de trabalhadores no campo.

São Paulo e Buenos Aires, como mostra Francisco Foot Hardman (FOOT HARDMAN, 1983) eram as grandes concentrações de movimentos operários na América Latina. O autor, ao tratar da cultura anarquista gerada entre os operários pelos imigrantes em São Paulo, sinaliza que os grandes passeios públicos e festivais da imprensa operária paulistana começam a ser promovidos com mais frequência a partir de 1917, sendo amplamente cobertos por jornais operários como *A Plebe*, fundado pelo famoso militante anarquista paulista Edgard Leuenroth, em junho do mesmo ano, no calor das mobilizações.

O ano de 1917 foi singular na história do movimento operário brasileiro devido a eclosão de greves gerais, primeiro em São Paulo e depois em diversas outras cidades do interior do estado e de outras unidades da federação. Simultaneamente aos conflitos da guerra que se abatia em solo europeu, os trabalhadores paulistanos sentiram suas condições de trabalho e consumo serem diretamente afetadas pela alta de preços e pela radicalização da atividade laboral tanto em horas quanto em intensidade. Em resposta a crise social que viviam, os operários investiram na ideia de uma greve geral, a qual já era debatida e planejada desde 1891 na Europa, muito porque “os debates sobre a greve geral e a experiência grevista francesa foram acompanhados pelos anarquistas de São Paulo” (LOPREATO, 1996, p.11).

Os apontamentos de Lopreato (LOPREATO, 1996) colaboram para que observemos a greve geral de 1917 como o resultado de um árduo esforço de colaboração e propaganda de setores anarco-comunistas e anarco-sindicalistas do movimento operário, diferentemente do que se defendia sobre o movimento, anteriormente caracterizado como espontâneo e sem lideranças muito fixas, principalmente por Leôncio Martins Rodrigues (RODRIGUES, 1966) e Boris Fausto (FAUSTO, 1976). A perspectiva adotada por Christina Lopreato é que a greve geral de 1917 é a culminância de uma série de mobilizações dos anarquistas por pelo menos 15 anos e a soma das experiências de greves de menor escala, como, por exemplo, as de 1907 e 1913, também na cidade de São Paulo.

As demandas populares contra a chamada “carestia da vida”, ou seja, o aumento dos preços que gerava escassez na mesa do trabalhador, foram sendo lideradas pelo Comitê Popular de Agitação, órgão esse criado com o objetivo de protestar contra a exploração do trabalho infantil nas indústrias, e pelo Centro Socialista Internacional. Já a alguns meses tais centros e algumas ligas operárias desenvolviam “uma antecipação de como se teria desenvolvido o processo de organização sindical de junho-julho 1917 e a greve geral” (BIONDI, 2002, p. 371).

A organização sindical já estava montada e bem estruturada quando as greves eclodem, de forma que a resistência e o gerenciamento dos operários durante o período de greve foi privilegiado e mais atento em relação a agregação territorial dos grevistas.

Os confrontos com a força policial foram sendo mais frequentes à medida que as greves, piquetes e paralizações foram se espalhando pelas fábricas da cidade. Quando cerca de 400 operários do Cotonifício Crespi entraram em greve, em 9 de junho de 1917, a greve geral começa a ganhar contornos de um movimento que estava prestes a irromper. Nos dias subsequentes, diversas outras categorias entram em greve, desde os têxteis da fábrica Ipiranga até os operários da Antártica, que, assim como a Crespi, eram sediadas no bairro operário da Mooca, zona Leste da cidade de São Paulo.

O ápice da mobilização geral de trabalhadores foi o dia 11 de julho, durante o enterro do sapateiro espanhol José Inegues Martinez, morto em decorrência de ferimentos causados pela perfuração de uma bala disparada por policiais em um confronto entre trabalhadores em greve e policiais, no dia anterior, no bairro do Brás. O cortejo, acompanhado por milhares de pessoas, terminou no cemitério do Araçá, onde foram realizados discursos inflamados em português, italiano e espanhol, as três línguas mais faladas no operariado paulistano do período. Entre muitos discursos, “destacaram-se ainda as falas de Edgard Leuenroth [redator do jornal anarquista *A Plebe*] e de Theodoro Monicelli [redator do jornal socialista *Avanti*]” (LOPREATO, 1996, p. 22). Dentre suas reivindicações podemos listar a anistia dos grevistas presos e a reabertura de duas instituições anarquistas fechadas pela polícia dois dias antes, acusadas de serem casas que reuniam indivíduos “perigosos a ordem pública”.

Nas últimas duas semanas de julho, os grevistas, através da atuação do Comitê de Defesa Proletária, se propuseram a discutir com os patrões e o Estado as reivindicações impostas pelos trabalhadores, tendo a imprensa, tanto a comercial quanto a militante, como mediadora das negociações e dos conflitos. Industriais e autoridades governamentais se comprometem publicamente a levar em conta as demandas do movimento grevista, que, na capital, começou a arrefecer-se e se organizar em novas formas de associação, principalmente na estrutura sindical, que pôde reabrir a Frente Operária de São Paulo (FOSP) a partir de 26 de agosto, e as ligas de ofício nos bairros operários, com muitos afiliados.

Na greve geral de 1917, a participação da imprensa foi de suma importância para o desenvolvimento das atividades de ambos os lados. Tanto patrões quanto operários e mesmo as autoridades da situação no governo, que tinham o *Correio Paulistano* como um paladino de seus interesses, contaram com o apoio da imprensa no fazer da greve. Até *O Estado de S. Paulo*, o mais liberal dos jornais do período, era a favor das demandas do movimento operário e já

identificava que possíveis revoltas poderiam se originar no seio dos trabalhadores, tendo em vista as condições de vida e trabalho a que eram submetidos.

Este trabalho tem o objetivo de examinar a cobertura de dois jornais confessionais cariocas, *O Jornal Batista* e *A União*, da greve geral de 1917, dos desdobramentos do movimento operário e de sua concepção acerca das relações de trabalho. Para isso, foram pesquisadas todas as edições de ambos os jornais no ano de 1917, quando as atividades grevistas estavam mais inflamadas.

A escolha de usar dois jornais confessionais cariocas se dá pela escassez de pesquisas sobre as cosmovisões das lideranças religiosas do período sobre assuntos extra-eclesiásticos, de forma que este breve trabalho pode ser um princípio de uma melhor compreensão acerca das diferentes e difusas opiniões acerca das relações sociais na Primeira República. Concordo com Barbara Weisntein em relação ao uso da análise de jornais para entendermos certos setores da sociedade quando ela defende que “enquanto um estudo de alguns jornais num período específico de tempo seria um modo mais frutífero de investigação, um único jornal pode revelar muita coisa sobre pelo menos um setor da elite” (WEINSTEIN, 1980, p. 136).

A imprensa carioca, *O Jornal Batista* e *A União*

Antes de nos debruçarmos sobre a cobertura dos citados jornais acerca da greve geral de 1917 e suas reverberações, faz-se necessário caracterizar a imprensa no Brasil, no Rio de Janeiro e contextualizar as intenções, atuações e permeabilidades de *O Jornal Batista* e de *A União* no jornalismo carioca.

Nelson Werneck Sodré, em seu clássico *A História da Imprensa no Brasil*, caracteriza a imprensa a partir da virada do século XX em um processo de adequação da pequena à grande imprensa. Isso quer dizer que os jornais de opinião, muito comuns no século XIX, editados como menos estrutura, em ambientes e com investimento mais modestos, sucumbem diante da transformação do jornal em empresa, sendo “muito mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar um jornal” (SODRÉ, 1966, p. 315). Werneck ressalta que em um momento de transição política, com a passagem primeiro do regime monárquico para o republicano e depois, dentro do regime republicano, de governos militares autoritários para o poder civil, não era de se esperar que “a preocupação fundamental, nessa época, é o fato político” (SODRÉ, 1966, p. 317). Por se tornarem agentes cruciais na política, os jornais tendem a dedicar mais páginas aos eventos políticos, a adotarem partidos ou preferências como bandeiras e a serem mais virulentos em seus comentários e opiniões.

Na grande imprensa carioca no período das greves eram predominantes o *Jornal do Brasil*, editado desde 1916 no maior parque gráfico da imprensa brasileira, além do *Jornal do Comércio*, que tinha muita permeabilidade nas classes médias, e o mais popular e de oposição ao governo, o *Correio da Manhã*. O *Correio* era um jornal composto por intelectuais e jornalistas das mais diferentes opiniões no cenário político, mas que compartilhavam, como dizia seu fundador, proprietário e redator-chefe, Edmundo Bittencourt, “aversão à política e aos políticos”.

Tal periódico era o mais diferente dos jornais da grande imprensa carioca, pois “aderia a uma proposta liberal e, para colocá-la na prática, era necessário trabalhar no sentido de concorrer com o poder das elites, fazendo valer as instâncias representativas – até então apenas formais – dos novos atores políticos da República” (RUBEM, 2008, p. 183), enquanto os outros jornais preferiam se manter favoráveis ao tradicionalismo do grande latifúndio e da empresa agroexportadora. Podemos ver que o jornalismo carioca, um dos mais consolidados do país no período, tinha suas próprias relações de poder, conflito e posições delimitadas. Nesse jogo, mas, evidentemente, em posição desprivilegiada, estavam inseridos *O Jornal Batista* e *A União*, como periódicos porta-voz de instituições religiosas.

O Jornal Batista foi fundado em 1901, durante um período de forte adesão de novos fiéis a igrejas batistas no Brasil, sob direção do missionário americano William Edwin Entzminger. Era crescente a expansão de templos e igrejas pelas demais regiões do território nacional, de forma que se fez surgir a necessidade de produção de material doutrinário e informativo que pudesse munir os missionários, pastores e fiéis batistas de conhecimento bíblico-teológico, histórico e moral. Tal demanda primeiro ocasionou a emergência de alguns jornais regionais editados por batistas, dentre os quais os principais eram o jornal *Boas Novas*, editado em Campos, no estado do Rio de Janeiro, e o jornal *O Echo da Verdade*, editado na Bahia.

O primeiro servia aos batistas do sul do Brasil e o segundo aos do norte. Como o processo de editoração de publicações para a denominação deveria ser uma questão de crescimento denominacional, foi sugerido que tais periódicos deixassem de existir em detrimento da criação de um jornal que uniformizasse a voz dos batistas em todo o território nacional e fosse útil no processo de criação de uma “consciência denominacional”, surgindo assim *O Jornal Batista*, como afirma Adamovicz (ADAMOVICZ, 2008).

A criação deste periódico pelos batistas tinha a função de substituição de leitura pelos fiéis dos jornais da grande imprensa por um jornal que possa “fornecer aos leitores uma

variedade, de modo que todos possam alcançar uma educação evangélica”³. Por isso, por décadas a publicação se dedicou a veicular e comentar eventos não relacionados a vivência eclesiástica a fé ou às doutrinas batistas, como veremos à frente no caso das greves de 1917.

Israel Belo de Azevedo defende que “a história da editoração evangélica se confunde com a história do próprio protestantismo brasileiro” (AZEVEDO, 1996, p.154) já que uma das – ou a principal – estratégias dos protestantes para divulgação e promoção da sua causa foi através de publicações de livros, jornais, folhetos e Bíblias. Não foi diferente com os batistas, em recorte mais reduzido, que usaram *O Jornal Batista* muito além de uma folha informativa das atividades e notícias dos eventos batistas no Brasil, mas, principalmente como

um importante instrumento de socialização e de formação de uma rede de contatos compartilhados por leitores evangélicos. Esta rede construiu um conjunto de ideias e ideais, comportamentos e condutas, posturas e posicionamentos, visões e interpretações de mundo, que viriam sedimentar um *ethos protestante* no Brasil (SANTOS, 2004, p. 195).

Não é absurdo pensar, portanto, que entender o discurso d’*O Jornal Batista* pode ser uma forma de captar opiniões sintomáticas em relação a posição dos cristãos batistas sobre determinado assunto, ou seja, estamos tomando *O Jornal Batista* como uma metonímia das opiniões do batista brasileiro médio.

Já o jornal *A União*, católico, foi fundado em 1905, com o objetivo de se opor à “imprensa mundana” e de dedicar “suas forças à defesa da mesma Igreja e salvação dos princípios sociais”. Segundo um artigo da revista católica *A Cruzada*, percebemos que o projeto de imersão dos ideais católicos na imprensa começou a partir do jornal *A União*, já que

este programa já em grande parte posto em execução tem unido um grande cabedal de energias em torno da causa nacional da boa imprensa. A ‘*União*’ é o jornal católico mais antigo do Brasil e conta com 18 anos de existência; a ‘*Resposta*’ é órgão oficial da ‘*Liga da Boa Imprensa*’ que têm grupos fundados em todo o Brasil⁴.

A Liga da Boa Imprensa ou Centro da Boa Imprensa foi uma iniciativa do Frei Pedro Sinzig, alemão franciscano chegado no Brasil em 1893. O frade chega ao Brasil em resposta a uma demanda papal de repovoação dos claustros brasileiros, que sofre certo enfraquecimento principalmente depois do fim do padroado. Primeiramente, Sinzig foi enviado a Lajes, Santa Catarina, onde funda o jornal *Cruzeiro do Sul*, para divulgar ideais católicos, funcionando até 1905. Em 1908 é transferido a Petrópolis, onde coordena a Tipografia da Escola Gratuita de São José e a *Revista Vozes de Petrópolis*.

³ TAYLOR, J.J.. “Como dirigir ou redigir O Jornal Batista?”. Rio de Janeiro: O Jornal Baptista, ed. 1, 1901, p. 3.

⁴ Revista A Cruzada, março de 1927, p. 18.

Diferentemente dos protestantes, Pedro Sinzig via com receio a editoração, já que considerava os livros como fontes perniciosas de anticlericalismo. Seu objetivo era “tentar vencer o materialismo e naturalismo de nossa época; pois já perdemos hoje em dia o centro, o equilíbrio, a justa medida” (SINZIG, 2004, p.5). A Liga da Boa Imprensa se torna um grande conglomerado de jornais, revistas e publicações católicas a fim de militar no campo editorial por espaço e representação. Seus objetivos eram claros e explícitos, tal qual a revista *A Cruzada* defende: “A imprensa católica é o farol erguido no meio das nações, donde a Religião difunde jorros de luz que vão inundar o seio da família cristã e o santuário das consciências e provocar destas, mais amor e mais dedicação”.⁵

Nos é claro, utilizando a definição de campo de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2003), isto é, um espaço simbólico compartilhado entre diferentes agentes sociais em disputa por poder, dominação e reconhecimento que funciona sob suas regras, posições e relações de força específicas, que o campo religioso brasileiro estava em conflito por diversas forças. Nesse ambiente, a defesa das doutrinas e dos ideais morais, políticos e sociais não era uma preocupação apenas dos católicos, hegemônicos até o período, mas também dos protestantes, os quais começavam a crescer numericamente e simbolicamente nos grandes centros. A criação de um periódico para doutrinação e instrução demonstra o caminho perseguido pelos protestantes no sentido de se institucionalizar gradualmente e consolidar sua atuação e espaço na esfera socioreligiosa brasileira.

Podemos encontrar na edição de fundação d’*O Jornal Batista* que duas das missões da gazeta eram “expor e defender assiduamente as doutrinas bíblicas” e “tratar cortesmente a todos, até os adversários”⁶. Tais assertivas podem nos realçar que tal jornal estava assumindo que estaria em conflito, em disputa de posições e/ou de opiniões a partir do início da sua publicação. Não era de se esperar que fosse diferente, tendo em vista que os batistas tentavam se inserir em uma sociedade de matriz católica consolidada com séculos de trabalho e pregação. A estratégia batista de conquista de espaço no campo religioso brasileiro seria utilizando o confronto direto, usando a imprensa especializada se necessário, como ocorreu.

Os católicos, por sua vez, não fizeram diferente. Há diversas citações sobre *O Jornal Batista* nas páginas de *A União*. A maioria delas se faz condenando alguma posição do jornal ou chamando a atenção dos leitores católicos ao avanço protestante, como quando se referem a política editorial d’*O Jornal Batista* dizendo que

⁵ Revista *A Cruzada*, março de 1928, p. 10.

⁶ TAYLOR, J.J.. “Como dirigir ou redigir *O Jornal Batista*?”. Rio de Janeiro: *O Jornal Baptista*, ed. 1, 1901, p. 3.

os nossos adversários servem-se de todos os meios para propagar as suas ideias: até nas prisões introduzem os seus jornais, e aí fazem consideráveis estragos [...]. Há 2200 cadeias no Brasil. *O Jornal Batista* vai intrometer-se nelas. Porque não havemos de ir nós também?⁷

A cobertura da greve pel'*O Jornal Batista* e *A União*

Apesar de tais jornais serem opositores direta e indiretamente no campo religioso e editorial do Rio de Janeiro, as coberturas das duas gazetas sobre as greves de 1917 que começam em São Paulo e se espalham por outras cidades têm pontos em comum e, em muitos casos, unívocos. Por diversas vezes *A União* e *O Jornal Batista* publicaram eventos da greve, assim como toda a imprensa do período, no entanto, a proximidade dos discursos dos dois periódicos em suas colunas de opinião é de se chamar atenção. Dentre os pontos principais de aproximação da cobertura dos eventos, separamos três características principais que evidenciam discursos aproximados: a declaração de legitimidade das petições do movimento grevista, o receio e a rejeição da atuação anarquista nas mobilizações e o anseio pelo fim rápido e harmonioso das greves.

A primeira ênfase das coberturas dos periódicos é na justiça e na dignidade das demandas dos operários. Ambos os jornais destinam muitos comentários e ponderações sobre a necessidade e a escassez em que os trabalhadores viviam, muitas vezes sem ter o que oferecer para o sustento das próprias famílias. *O Jornal Batista*, por exemplo, desde 1911⁸, já salientava a força dos operários, que agora já não era somente reconhecida por eles mesmos, mas também pelos patrões e governos e alertava para possíveis greves dos caixeiros do Rio de Janeiro⁹.

A União também considera, em muitas ocasiões, a greve um movimento justo realizado pelo trabalhador. Para eles, o trabalhador se vale das greves “como último recurso para reclamar seus direitos, que são conculcados por patrões sem caridade e sem justiça, que entendem ser o operário uma espécie de máquina”¹⁰. Na mesma coluna da citação acima, são feitas inúmeras denúncias aos luxos dos patrões às custas do suor dos operários, explorados como máquinas e, muitas vezes, tratados de forma menos digna do que as mesmas. As greves tomam, nessa coluna, aspectos de sacralidade, pois tratam da dignidade humana e tentam reverter a deformidade que a exploração do trabalho traz ao homem, que na concepção católica é “à imagem e semelhança de Deus”. Nesse sentido, militar pela validade da greve a torna “justa e

⁷ Nós ou eles? *A União*, 30 de julho de 1916, p.1.

⁸ Social. *O Jornal Batista*, 05 de janeiro de 1911, p. 3.

⁹ *O Jornal Batista*, 02 de fevereiro de 1911, p. 5.

¹⁰ A greve. *A União*, 12 de agosto de 1917, p.2.

santa. Não há outro argumento para convencer os patrões sem caridade e sem justiça, de que o operário tem direito a vida, e obrigação de prover às necessidades de uma família”¹¹.

Em algumas aparições de pareceres sobre as greves, podemos perceber que os religiosos católicos afirmam que até “incitaríamos [as greves] se fossemos operários também, porque o povo já está cansado de tanta exploração, de tanta falsificação por parte dos açambarcadores sem escrúpulos”¹². Tais greves, quando citadas no jornal, eram vistas como “muito justas, greves que aplaudimos”¹³. Podemos perceber, portanto, que a carência dos trabalhadores chamava atenção dos religiosos no período e sua carestia era uma solicitação que merecia todo empenho dos diversos setores sociais.

É importante salientar que em 1917 já havia se passado quase três décadas da promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII, em 1891, que tratava de questões sociais trazidas à tona pelo inchaço das cidades, pela revolução industrial e pelo crescimento das doutrinas de esquerda em todo o Ocidente cristão. O documento chamava atenção à condição dos trabalhadores e à justiça social, permite a organização em sindicatos para facilitar a atuação dos trabalhadores na vida pública e política, mas condena o socialismo, o anarquismo em suas diferentes vertentes. É possível notar no discurso de muitos padres, inclusive os colunistas de *A União*, que há reverberações desse importante documento papal por uma preocupação mais aguçada às questões sociais, tanto em relação as condições de vida quanto a permeabilidade do socialismo e do anarquismo nas classes trabalhadoras.

Desse cuidado que podemos perceber na *Rerum Novarum* retiramos a segunda característica da cobertura das greves de 1917 pelos jornais *A União* e *O Jornal Batista*, qual seja o alerta sobre o anarquismo e o socialismo. Ambos os periódicos têm ressalvas muito específicas quanto a infiltração de quadros das esquerdas nas greves. O periódico protestante, por exemplo, exalta a suntuosidade da greve paulista, que, segundo informações próprias, chegava a 40000 trabalhadores paralisados na cidade de São Paulo, mas se acautela dos “perigosos elementos anarquistas estrangeiros” que lideravam “graves distúrbios, saques depredações, mortes ferimentos, etc”¹⁴. *A União* ainda é mais enfático em relação aos anarquistas. Em uma coluna chamada *Anarquistas, sim. Patriotas, não*¹⁵, o jornal afirma que a causa operária merece simpatia, mas não a causa dos “agitadores”. Além disso, coloca o pronunciamento do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal, dizendo que anarquistas

¹¹ A greve. *A União*, 12 de agosto de 1917, p.2.

¹² Por mau caminho. *A União*, 26 de julho de 1917, p.2.

¹³ Por mau caminho. *A União*, 26 de julho de 1917, p.2.

¹⁴ O Jornal Batista, 26 de julho de 1917, p. 8.

¹⁵ Anarquistas... *A União*, 16 de maio de 1917, p.2.

promoviam "desordens inúteis" e pediam a anulação da "pátria, do clero, da família e da burguesia". É possível perceber um tom exaltado e deveras perturbado em relação a atuação anarquista.

Em outra ocasião, a gazeta católica relata um período da grande greve em São Paulo em que mais de 50000 operários percorrem as ruas e "entregam-se ao saque". Novamente, para os redatores, as reclamações do movimento são justas em vários pontos, mas as autoridades foram "muito tolerantes com certas associações revolucionárias". O fato que mais atordoa o jornal é como as "autoridades não incomodaram os diretores do jornaleco *A Plebe*? 5000 operários em greve é um caso grave pois eles já atacam a propriedade"¹⁶.

A participação dos anarquistas na organização dos movimentos grevistas descredibiliza, para os dois jornais, todo o esforço dos trabalhadores, que, como mostramos no primeiro ponto, na opinião dos redatores dos jornais, realmente carecem de melhorias em suas condições de vida e de trabalho. No ponto de vista dos religiosos aqui citados, as "depredações" e "arruaças" que decorrem das ações grevistas são oriundas de influências do anarquismo, já que "o povo brasileiro, tirando os elementos estrangeiros, é pacífico. [...] As classes populares, ao contrário das elites, são pacíficas e morais"¹⁷.

A ideia de que as greves eram movimentos pacíficos por natureza sem a infiltração anarquista se vê em diversas ocasiões nos jornais, sem contar as que dispusemos acima. Para os escritores, quando uma greve tende ao anarquismo, as greves passam do limite da ordem social, se corrompem e não conseguem que suas reivindicações sejam contempladas, pois o anarquismo radicaliza a dicotomia capital trabalho, criando sedições entre capital e trabalho, religião e povo e respeito às leis e autoridade. A greve "é lícita, é santa"¹⁸, mas a absorção de anarquistas no movimento, para os jornais, era perniciososa.

Por último, identificamos que a cobertura das duas publicações em relação as greves de 1917, apesar de considerar ser justa, era desejosa que a situação terminasse o quanto antes e com o menor dano possível. Em uma seção intitulada "Para os operários", por exemplo, o colunista, identificado com Padre R. Costa Rego, defende que os prejuízos oriundos de uma greve são incalculáveis, mesmo quando pacífica, aos empresários, à indústria e mesmo ao operário, além de animar a luta de classes. Ainda assim, o pároco admite que as petições eram justas e a greve podia ser um "curativo do mal"¹⁹.

¹⁶ Grande greve... *A União*, 15 de julho de 1917, p.2.

¹⁷ Agitações populares. *A União*, 09 de agosto de 1917, p.2.

¹⁸ A greve paulista. *A União*, 26 de julho de 1917, p.1.

¹⁹ Para os operários. *A União*, 29 de julho de 1917, p.2.

A *União* é reincidente em noticiar o fim de movimentos grevistas, de retorno dos trabalhadores da “parede” às fábricas e de negociações entre líderes do movimento sindical e das ligas operárias com os patrões, cada um cedendo do seu lado para que o trabalho nas indústrias voltasse às atividades corriqueiras, caindo as greves “nos braços da indiferença”.

Já *O Jornal Batista* é menos contumaz quanto ao noticiário das greves, também porque era um semanário, sendo publicado às quintas feiras, enquanto o periódico católico era publicado às quintas e aos domingos. Ainda assim, os protestantes têm algumas colaborações importantes a última percepção que tivemos da cobertura dos dois jornais sobre as greves de 1917.

O jornal afirma, no final de julho, quando o movimento estava em seu clímax, que os industriais já haviam aceitado boa parte das petições dos grevistas, que ainda se recusavam a voltar ao trabalho. Para resolver tal situação, a gazeta mostra que o governo estadual estava disposto a utilizar toda a força policial disponível e a contribuição do Exército, que o governo federal havia posto à disposição, para sufocar a greve e retomar a normalidade das relações de trabalho. A folha termina a reportagem afirmando que almeja que “as coisas voltem à normalidade com o menor sacrifício possível de bens, mas, sobretudo, de pessoas”²⁰.

Há outra coluna também com tom conciliador e apaziguador d’*O Jornal Batista*, a qual reproduzimos na íntegra para que analisemos:

A greve nesta capital terminou, ao que parece, sem resultados muito apreciáveis para os grevistas. Sem dúvida, muitos dos grevistas compreenderam que em se esticando muito a corda ela pode arrebentar, e que é melhor meia ração do que nenhuma. A situação do operariado é muito precária mas a do comerciante e industriais não é muito melhor; e muitas casas se fossem obrigadas a aumentar os salários aos seus empregados, teriam que fechar as portas. Verdade é que um pequeno número de casas tira lucros fabulosos, apesar da situação e mesmo por causa da situação, mas esta não é a regra geral. O único ramo de negócio que em geral prospera a olhos vistos é o “jogo do bicho”, e prospera sob as vistas ultra complacentes das autoridades públicas, que assim deixam aumentar a aflição ao povo aflito.²¹

Para o jornal, a mobilização grevista no Rio de Janeiro não teve resultados muito significativos, pelo menos para os líderes operários. A análise do jornal para tal observação é de que os operários “esticaram” demais as demandas, ou seja, foram ineficazes no cálculo político e perderam parte do pouco que já recebiam. Podemos inferir que, na opinião dos colunistas, o movimento deveria ter arrefecido suas atividades com certo ganho e não tê-las promovido buscando concessões maiores. A explicação para esta resposta negativa aos trabalhadores se justifica na precariedade das condições gerais da população e não só das classes

²⁰ O *Jornal Batista*, 26 de julho de 1917, p. 8.

²¹ O *Jornal Batista*, 9 de agosto de 1917, p.7.

subalternas. O jornal termina condenando o lucro desenfreado de certos estabelecimentos em detrimento da pauperização geral da população. Nesse sentido, a opinião do jornal é clara que a greve se estendeu demais e perdeu o “timing” da distensão, no momento certo de se conciliar ou negociar.

Considerações finais

Neste breve artigo pudemos identificar algumas características das coberturas das greves de 1917 no jornalismo confessional carioca. Compreender melhor tais tipos de discurso e as escolhas em relação a publicação de eventos tão singulares na vida política brasileira pelos jornais utilizados pode ser um esforço de caracterizar melhor as cosmovisões políticas e sociais de religiões em um deflagrado conflito, muito embora “o projeto católico e protestante possuem convergências circunstanciais de um mesmo fenômeno: a incidência de ética cristã sobre a organização social, definidas por seus interesses ideológicos subjacentes” (SANTOS, 2012, p.134).

O Jornal Batista e *A União*, cada um em seu nicho de atuação, são veículos importantes de formação de opinião pública e exercem muito mais do que caráter apenas informativo, mas político e ideológico sob seus leitores, na medida em que eram autorizados e legitimados por suas respectivas instituições fomentadoras como órgãos de divulgação, doutrinação e juízo oficiais e confiáveis. Trabalhar com tais jornais carece de um cuidado especial no sentido de que são jornais produzidos a partir de opiniões pessoais, como todos os outros, mas também são diretamente vinculados a tomadas de posições institucionais que eram levadas em consideração por milhares, e no caso específico de *A União* e *O Jornal Batista*, de milhões de fiéis espalhados por todo o território nacional.

Nos é evidente pensar que o ponto de vista expresso nas colunas de ambos os jornais não pode representar as convicções de toda uma denominação religiosa, que talvez tenha tantos pontos de vista quanto praticantes. No entanto, pensamos que as gazetas confessionais e institucionais representam uma parte expressiva e considerável da opinião dos fiéis sobre determinado assunto. Seria radical e equivocado ponderar que os jornais são autônomos na produção de opinião e que não sofrem intervenções e recebem respostas de seus leitores. Preferimos pensar, e achamos muito mais ponderado e seguro, que a opinião dos jornais e de seus leitores se influenciam mutuamente.

O resultado da cobertura dos periódicos mostrou facetas interessantes sobre os discursos religiosos da Primeira República brasileira. O primeiro é que as demandas sociais dos

movimentos populares estavam sendo escutadas pelos quadros intra-eclesiásticos, tanto entre os protestantes quanto entre os católicos. No entanto, tal fato não se mostra tão surpreendente, tendo em vista a exposição e a abrangência da convulsão social que eventos tão significativos quanto as greves de 1917, que abalaram as duas principais cidades do país.

Por outro lado, o pavor dos religiosos em relação ao anarquismo e ao comunismo reforça a expressividade dos movimentos grevistas de 1917. Mais do que uma ameaça latente, a presença de tais ideologias no cenário político e social nacional a partir da ebulição das greves se torna um perigo patente e axiomático, tanto que as medidas em relação aos líderes anarquistas a partir de 1917 se tornam mais drásticas e violentas do que já eram. As lideranças religiosas dedicam muitos comentários em alerta ao crescimento anarquista, mostrando que, assim como boa parte das classes médias urbanas, para eles, a questão social tinha limites e as mobilizações populares deveriam expurgar tais “elementos perigosos”.

Por fim, a última consideração que desejamos tecer sobre a cobertura das greves se dá em torno do desenho das agitações grevistas, ou seja, do formato de mobilizações, do tempo que as greves durariam e dos modos de término das “paredes” e reinício do trabalho corriqueiro. Foi demonstrado que a greve ideal para os jornais era aquela que tinha suas conquistas pontuais e que se desfazia logo após. Talvez o receio em relação a duração das greves tenha se dado devido a presença de anarquistas no centro dos movimentos, os quais, como afirmamos acima, eram vistos tidos como indesejados. De todo modo, *O Jornal Batista* e *A União* são produtos do contexto político, social e religioso do período em que estavam inseridos, sendo assim, muito mais que instrumentos, agentes no cotidiano das pessoas que os consumiam.

Documentos utilizados:

A GREVE. *A União*. Rio de Janeiro: 12 de agosto de 1917, p.2.

A GREVE paulista. *A União*. Rio de Janeiro: 26 de julho de 1917, p.1.

AGITAÇÕES populares. *A União*. Rio de Janeiro: 09 de agosto de 1917, p.2.

ANARQUISTAS, sim. Patriotas, não” *A União*. Rio de Janeiro: 16 de maio de 1917, p.2.

GRANDE greve em S. Paulo: mais de cinquenta mil operários percorrem as ruas e entregam-se ao saque. *A União*. Rio de Janeiro: 15 de julho de 1917, p.2.

NÓS ou eles? *A União*. Rio de Janeiro: 30 de julho de 1916, p.1.

PARA os operários. *A União*. Rio de Janeiro: 29 de julho de 1917, p.2.

POR mau caminho. *A União*. Rio de Janeiro: 26 de julho de 1917, p.2.

O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro: 02 de fevereiro de 1911, p. 5.

O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro: 26 de julho de 1917, p. 8.

O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1917, p.7.

TAYLOR, J.J.. “Como dirigir ou redigir O Jornal Batista?”. Rio de Janeiro: O Jornal Baptista, ed. 1, 1901, p. 3.

REVISTA A CRUZADA. Curitiba: março de 1927, p. 18.

REVISTA A CRUZADA. Curitiba: março de 1928, p. 10.

SOCIAL. O Jornal Batista. Rio de Janeiro: 05 de janeiro de 1911, p. 3.

Bibliografia:

AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo – a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Ed. Unimep; São Paulo: Êxodus, 1996.

ADAMOVICZ, Anna Lucia Collyer. *Imprensa Protestante na Primeira República: evangelismo, informação e produção cultural (1901-1922)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: *Revista Trabalhadores*, nº 3. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1985.

_____. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de males*, n. 5, 1985.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

RUBEM, Iram. O Correio da manhã, a verdade como missão. In: FERNANDES, Neusa; COELHO, Olinio Gomes P. (Org.). *História e geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, João Marcos Leitão. A concepção da ordem social segundo o protestantismo brasileiro (1891-1930). *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol. 3, nº 2, 2012.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As Outras Faces do Sagrado: Protestantismo e Cultura na Primeira República Brasileira*. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis, 2004.

SANTOS, Maria Margarete. Frei Pedro Sinzig: o apóstolo da boa imprensa. *I Seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-9, nov. 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WEINSTEIN, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária: a cobertura da greve em O Estado de S. Paulo 1902-1907. In: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.